

## 4

### **Discussões Teóricas e História de Vida: O olhar do (i)migrante sobre o processo migratório**

Nesse capítulo, busca-se construir um paralelo entre as mais diversas correntes teóricas sobre o processo migratório e as histórias de vida narradas nos dois capítulos anteriores, com o intuito de demonstrar como essas histórias, ainda que narradas por sujeitos alheios às teorias, se correspondem com as mesmas. Ao mesmo tempo, objetivar-se-á analisar as próprias teorias, usando as histórias de vida para demonstrar que, isoladamente, nenhuma delas é capaz de explicar, em essência, o processo migratório. Aqui daremos embasamento para as discussões à seguir, na conclusão, sobre a complexidade do processo migratório e a indivisibilidade do sujeito (i)migrante, já que dentro de cada história é possível ver apontamentos de várias correntes teóricas, simultaneamente.

#### 4.1

### **Arcabouço Histórico para a Contextualização das Teorias Migratórias**

A característica do primeiro período das teorias migratórias, que termina no início da Primeira Guerra Mundial, se baseia no fato que os estudos migratórios oficialmente não começam antes dos escritos de Ravenstein, em 1880. No entanto, os efeitos dos processos migratórios já eram sentidos na Europa um século antes. O trabalhador e o soldado se tornaram entes escassos em uma parte do continente, enquanto em outra seu excesso exigia respostas mais dinâmicas por parte do poder público (Rystad, 1992, p. 1170-1). Outra característica desse período é que, pela falta de interesse e consciência do assunto, nações não buscavam o controle mais rígido das fronteiras — permitindo que os sujeitos pudessem migrar livremente, embasados e de carona no liberalismo econômico que no período encontrou seu apogeu. Na Europa, o crescimento vegetativo significativo criou um *momentum*

ideal para a saída dos habitantes do continente para outras partes do mundo, o que foi negligenciado pelos países de origem até meados do século XIX. Sem o uso frequente de passaportes, os (i)migrantes conseguiam facilmente movimentar-se, estabelecer-se e trabalhar sem a necessidade de permissões e vistos.

O Entre-Guerras (1914-1945) pode ser considerado um segundo período no desenvolvimento das teorias migratórias, já que nesse momento o controle fronteiriço trabalhou para a contenção das populações. De forma mais concreta, é aqui que o passaporte ganha importância, e através desse documento países passam a vigiar a entrada de indivíduos potencialmente danosos, sejam eles espiões ou membros de um grupo étnico em especial. Com o fim da Primeira Guerra, o controle continuou, com o novo propósito de ajustar o contingente populacional ao mercado de trabalho — associando o controle à existência do perigo do trabalhador estrangeiro (Rystad, *op.cit.*, p. 1171).

A continuação dessa estrutura histórica se dá no período entre 1945 e 1974, quando medidas aliviaram os processos migratórios com destino à Europa Ocidental, como consequência da queda considerável no fim do período de guerras. Em especial, as regiões industrializadas nos países ocidentais passaram a requerer uma mão-de-obra que era altamente escassa, forçando os governos a criarem políticas de incentivo migratório. Ao mesmo tempo, a Guerra Fria criou um considerável fluxo de refugiados dos países do bloco comunista para a Europa Ocidental e os processos de descolonização trouxeram habitantes das antigas colônias para as antigas metrópoles, principalmente Grã-Bretanha, França, Holanda e Portugal. Imaginava-se que o efeito da chegada desses cidadãos seria logo reduzido e, posteriormente, revertido, considerando que os imigrantes retornariam aos seus países de origem — incluindo os refugiados dos processos descolonizadores (Rystad, *op.cit.*, p. 1171-2).

A última fase, iniciada em 1973 e continuando até o momento presente, é caracterizada pela alternância na lógica do movimento migratório, tolhendo-o ao máximo, com mecanismos de controle significativos. Na Europa hoje, encontram-se pouquíssimos trabalhadores temporários legais, um número considerável de migrantes em estado jurídico ilegal ou limitado e um outro número (esse sim, consideravelmente alto) de refugiados — alterando a discussão dos movimentos migratórios para quem se encaixa nessa última categoria, suas origens, seu desenvolvimento, sua análise enquanto grupo social. Uma das justificativas em

tentar entender mais os refugiados que os (i)migrantes de uma forma geral talvez passe pelo fato que talvez os primeiros tenham alguma possibilidade de adquirir um estado jurídico aceito, permitindo a residência permanente nesses países (Rystad, op.cit., p. 1172).

A análise histórica acima descrita por Rystad (op. cit.) é majoritariamente focada na Europa. Com o objetivo de alinhar esses resultados com os EUA, essa pesquisa procurou rever a historiografia, acompanhada da legislação referente destinada a massa de imigrantes que chegou e ainda chega naquele país, com o intuito de dar uma estrutura mais próxima do nosso objeto e objetivo de estudo (Dinnerstein e Reimers, 1999).

Durante a primeira fase (até 1914), nos EUA, enquanto havia a construção do país, destaca-se uma preocupação crescente com a chegada de novos membros da sociedade americana que se aproximassem dos pioneiros anglo-saxões. De fato, o fim da Guerra Civil Americana (1861-1865) permitiu que o país se reorganizasse e construísse elementos jurídicos em comum. A Constituição, criada em 1787 e ratificada no ano seguinte, não estabeleceu critérios para quem seria considerado um nativo ou um imigrante, o que permitiu que qualquer sujeito etnicamente próximo aos colonizadores anglo-saxões pudesse reclamar a cidadania. Afro-americanos e asiáticos, devido as suas diferenças étnicas, tinham dificuldade no reconhecimento da cidadania, mas como era um momento em que esse título não lhes conferiria ilegalidade ou impossibilidade de residência, havia menor necessidade do reconhecimento formal (Dinnerstein e Reimers, op. cit.).

A primeira lei referente ao assunto surge em 1790, com a Lei de Naturalização dos Estados Unidos. De acordo com o texto, somente pessoas brancas e de bom caráter poderiam ser consideradas americanas. Essa lei ainda estabelecia que pessoas nascidas nos EUA também se tornariam cidadãos (respeitada a regra racial), mas a cidadania não poderia ser transmitida para seus genitores (1 Stat.103). Outras leis nessa seara seriam criadas, até 1802, até a 14ª Emenda (Dinnerstein e Reimers, op. cit., p. 49-72).

A discussão oficialmente inicia-se com a decisão da Suprema Corte, no caso *Dred Scott versus Sandford* (1857), que foi significativo para dar a interpretação de quem tinha direito à cidadania americana: segundo a Corte, “nenhum negro cujos antepassados haviam sido trazidos para os EUA e vendidos como escravos, ainda que se encontrassem livres ou ainda como escravos, poderia ser considerado

americano e portanto, não teria direito de representatividade numa corte de lei” (Finkelman, 2006).

Em 1866, o Congresso aprova legislação pertinente aos Direitos Civis (“Civil Rights Act”), que foi uma tentativa daquela câmara de evitar o desenrolar da Guerra Civil, garantindo que os Estados pudessem regular, entre outras coisas, o estado natural dos indivíduos que compunham sua população. De qualquer forma, a peça determinava que “não houvesse discriminação baseada em raça, cor ou qualquer condição anterior de servidão”, o que foi interpretado pelos Estados do Sul como uma tentativa de abolir o sistema escravagista.

Isso não mudou até a aceitação da 14<sup>a</sup> Emenda (1868), quando houve necessidade de estabelecer uma diferenciação entre os cidadãos brancos e os escravos recém-libertos negros. Apesar de estabelecer os direitos e os deveres gerais dos cidadãos americanos e da responsabilidade do Estado sobre sua população, essa Emenda estabelece o direito de cidadania e naturalidade àqueles que nascem em solo americano — o que é fruto de grande discussão até hoje. Por condição da organização jurídica e legislativa dos EUA, o caso Dred Scott continuou regulando as condições de aceitação de cidadania nos EUA, criando o primeiro momentum em que a migração também seria julgada (Dinnerstein e Reimers, op. cit., p. 73-96).

O espaço jurídico para a discussão dos migrantes em relação aos seus direitos nos EUA vem do próprio texto da Emenda, que diz que todas as pessoas nascidas ou naturalizadas são consideradas cidadãos (elemento conhecido como “Cláusula da Naturalização”). Havendo essa prerrogativa, cabia, portanto, verificar na legislação já existente os ritos para tal processo (existente desde 1790).

Outro momento importante nessa primeira fase é a Lei de Exclusão Chinesa (de 1882), sobre cidadãos originários da China. Essa lei surgiu das animosidades entre setores da população, principalmente sindicalistas, culpando a presença e chegada maciça dos chineses afetando o mercado de trabalho e de salários na Costa Oeste. O desenrolar dos acontecimentos criou uma barreira significativa contra a imigração de um grupo seletivo, sendo, talvez, o primeiro caso desse tipo de forma significativa no mundo. Com a intenção de barrar a chegada dos chineses, a lei proibiu a sua entrada por dez anos, sofrendo renovações nesse banimento até 1904, sendo oficialmente destituída a proibição em 1943, com a Lei Magnuson (57 Stat. 600).

Somente após 1850, quando os EUA começam a receber um fluxo maior de (i)migrantes, majoritariamente saxões no início, mas com uma composição bem diversa depois de 1905, é que esse país passa a perceber o resultado dessa miscigenação, ou a formação do caldeirão cultural nacional. Em 1907, o Congresso começa a estudar os efeitos sociais, políticos e econômicos da chegada dos (i)migrantes nos últimos anos. A Comissão Dillingham gerou um documento de 40 volumes, investigando o resultado migratório para os Estados Unidos, de 1877 até aquele ano. A chegada de judeus, europeus do sul e população mediterrânea de uma forma geral mudaram as perspectivas dos EUA para aqueles que agora chegavam nas suas costas (Dinnerstein e Reimers, op. cit.).

Os Estados Unidos também começaram a restringir a chegada de novos (i)migrantes, usando desde critérios técnicos (ser alfabetizado, por exemplo) a cotas de migrantes por país (através da aprovação das Fórmulas de Origem Nacional, em 1921).

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, legislações começaram a mudar o perfil migratório para os EUA. A Lei das Noivas de Guerra (PL 271) permitiu que mulheres casadas com militares americanos durante o período de guerras pudessem migrar para os EUA. A Lei das Pessoas Deslocadas (PL 80-774), em 1948, admitiu a entrada de pessoas que tivessem perdido suas origens e apátridos, de uma forma geral. Por outro lado, começavam as negociações para o surgimento do Programa “Bracero” (PL 78, 1951-1964), em que trabalhadores rurais mexicanos poderiam migrar temporariamente para as fazendas próximas à fronteira (Dinnerstein e Reimers, op. cit., p. 151-178).

Em 1952 é criada a Lei de Imigração e Naturalização, estabelecendo novos critérios, com procedimentos mais claros e concisos no processo de obtenção de naturalização. Essa peça jurídica é usada até o presente momento, tendo o Congresso mudado o estado da lei para estatutário. A lei estabelece a aquisição da cidadania (por nascimento no país, no exterior e por naturalização), inclusive os casos de dupla-cidadania, processos de requisição de vistos, perda de cidadania, além de outros detalhes jurídicos. Em 1965, a lei passa por uma emenda, retirando o limite das cotas por países (PL 89-236).

Novas transformações na política migratória dos EUA só irão ocorrer em 1980, quando o Congresso aprova uma política nacional para a concessão de asilo político, adotando a terminologia “refugiado” de acordo com regulação

estabelecida pelas Nações Unidas, que diz que refugiados são “pessoas que fogem de conflitos e/ou perseguição no seu país de origem”<sup>1</sup>. A Lei de Reforma e Controle Imigratório (PL 99-603), em 1986, criou, pela primeira vez, penalidades a quem desse assistência e emprego a imigrantes ilegais. Por sua vez, a lei deu anistia a (i)migrantes ilegais residindo nos EUA que tivessem chegado ao país antes de 1º de janeiro de 1982, além de outros pré-requisitos. Por volta de dois milhões de imigrantes obtiveram condições de se legalizar. Outros dois milhões tentaram, mas não cumpriam todos os requisitos estabelecidos pela lei e portanto, mantiveram-se “ilegais”. A Lei Imigratória de 1990 mudou alguns aspectos que antes davam-se como estabelecidos, aumentando o limite de aceitação de novos (i)migrantes para 700 mil indivíduos e um aumento de 40% na concessão dos vistos<sup>2</sup>; o critério principal de aceitação dos pedidos de visto e imigração passou a ser a reunião familiar e, em segundo lugar, imigração de trabalho com formalização do pedido por empresa americana.

Após os ataques de 11 de Setembro, uma reviravolta acontece na política migratória dos EUA. Leis reforçam e dificultam a migração, vistos são reduzidos e se tornam mais complexos e mais difíceis de se conseguir; o período de permanência é reduzido e qualquer suspeita de terrorismo é profundamente investigada. Passou-se, inclusive, a se considerar o uso dos (i)migrantes na luta contra o terrorismo: A Lei DREAM (Durbin-Hatch S. 1291), apresentada primeiramente em 2001, é constantemente reapresentada no Congresso. De acordo com essa nova peça legislativa, (i)migrantes poderiam servir às forças armadas em troca da naturalização americana. Outros projetos de lei surgiram entre 2001 e o presente momento, mas falharam em se tornar lei. Tal fato reflete um momento de zelo pela segurança doméstica, em cuja retórica conservadora, os (i)migrantes são uma parte delicada na luta contra o terrorismo, atrelando a eles um estado de periculosidade constante.

---

<sup>1</sup> Cf. <http://www.unhcr.org/refugees.html>, acessado em 30 de maio de 2016.

<sup>2</sup> Cf. <http://www.economist.com/news/briefing/21595892-barack-obama-has-presided-over-one-largest-peace-time-outflows-people-americas>, acessado em 30 de maio de 2016.

## 4.2

### Teorias Migratórias e seus posicionamentos gerais

Teorias migratórias buscam responder aos quatro principais elementos do movimento migratório: (1) a origem do movimento migratório, (2) a direção, sentido e continuidade do fluxo migratório, (3) o uso da mão-de-obra migrante, e (4) a adaptação sócio-cultural dos (i)migrantes. Enquanto as teorias existentes criam cenários onde sua aplicabilidade dá capacidade de reconhecer e antecipar o movimento migratório, a prática demonstra que o uso de uma determinada corrente acarreta erro estatístico e político, já que o movimento migratório se desenha dentro das áreas de estudo da Geografia das Populações como a mais complexa e mais imprevisível de todas. Essa dificuldade pode ser entendida por conta de dois elementos principais: (I) as informações coletadas sobre o movimento migratório (em entrevistas com (i)migrantes, de órgãos públicos e de mercado) nem sempre são confiáveis ou não possuem uma precisão tal para se encaixar nos modelos teóricos existentes, além de o processo migratório em si estar permeado de possibilidades de choques e alterações — que em parte são também imprevisíveis; e (II) algumas teorias são permeadas de dados não-estatísticos, de origem política ou social e, portanto, abertas a outras interpretações (Kurekova, 2011). Hoje é reconhecido que há uma lacuna a ser preenchida nessa seara, já que faltam trabalhos teóricos que possam realmente explicar o processo; no entanto, tanto nos EUA como no Reino Unido há uma tendência a buscar um marco teórico que inclua todas as propostas teóricas já existentes:

*“Todas as teorias têm uma parte no entendimento dos padrões e processos da migração internacional contemporânea, levando em consideração que alguns modelos são mais relevantes para explicar um fluxo migratório em particular e diferentes explicações possuem diferentes pesos em regiões diferentes do mundo, dependendo das circunstâncias locais históricas, políticas e geográficas. Criando uma generalização entre todas as teorias, eu concluo que uma resposta teórica eficaz na teoria da migração internacional deva conter pelo menos quatro elementos: o tratamento das forças estruturais que promovem a emigração de países em desenvolvimento, a caracterização das forças estruturais que atraem os imigrantes para os países desenvolvidos, a consideração dos motivos, dos objetivos e das aspirações das pessoas que respondem a essas forças estruturais, se tornando migrantes internos, e por último, um tratamento das estruturas sociais e econômicas que surgem da conexão entre as áreas de saída e de entrada de migrantes.” (Massey, 1999, p.50).*

Além dessa proposta, na Escola de Oxford<sup>3</sup> encontramos, por exemplo, Sarah Collinson (2009), que acredita que o estudo do processo migratório deva ser mais holístico, levando em consideração a complexidade da vida no tempo presente. Isso significaria incluir a multi-escalaridade do processo, através da observação das mais variadas experiências, do sujeito ao mundo. A proposta dessa autora é incluir a perspectiva do meio de vida (*livelihood*) dos sujeitos como meio pelo qual as variações do processo migratório se tornam mais visíveis. Isso permitiria que fosse possível compreender

*“[...] a interação dos fatores em nível local que influenciam imediatamente as decisões e as estratégias utilizadas pelos sujeitos — em relação aos seus meios de vida — com uma vasta gama de fatores e processos políticos, econômicos e sociais que afetam o agenciamento dos migrantes (e dos não-migrantes) que no final irão modelar a saída dos migrantes de um determinado contexto específico” (p.2).*

Para melhor compreender essas discussões, buscaremos aqui fazer um resumo das principais correntes teóricas migratórias. De antemão, sabemos que o tema pode se estender para além da nossa limitação, no entanto, como o objetivo dessa pesquisa não se restringe a essa discussão, caminharemos para buscar os pontos principais das teorias aqui levantadas, conjuntamente analisando as histórias de vida colhidas. Essa proposta serve, portanto, para dar luz às histórias de vida dentro dessas mesmas perspectivas teóricas.

#### 4.2.1

### **Teoria Clássica/Neoclássica e seus desdobramentos**

Surgido dos escritos de Ravenstein, em 1885, esse ramo teórico aponta linhas gerais de comportamento humano, a fim de compreender regras do processo migratório. Tais regras estabelecem que o movimento é dado por uma forma fixa, onde todos os sujeitos (i)migrantes se comportam baseados em um mundo economicamente determinado.

---

<sup>3</sup> Segundo Kurekova (op. cit.), refere-se aos acadêmicos daquela Universidade, concentrados no International Migration Institute (IMI) e no Center for Migration, Policy and Society (COMPAS), que produzem muitas pesquisas e artigos no campo dos estudos migratórios.

Resumidamente, as leis de Ravenstein são (King, 2012):

1. Migrantes movem-se basicamente em distâncias curtas; aqueles que se lançam para mais distante o fazem em direção a grandes centros urbanos;
2. A maior parte do movimento migratório se dá do espaço rural para o espaço urbano;
3. Cidades grandes crescem muito mais por conta do movimento migratório do que pelo crescimento vegetativo de sua população;
4. O movimento migratório se desenvolve proporcionalmente ao desenvolvimento industrial, comercial e do setor de transportes;
5. Cada corrente migratória provoca uma outra contra-corrente;
6. Mulheres migram mais do que os homens em distâncias curtas; homens são a maioria em migrações internacionais;
7. A maior causa de migração é econômica.

De forma clara, Ravenstein e seus seguidores acreditam que:

*“[...] a migração resulta de uma diferença de salários entre mercados ou países que se transformam em pequenos degraus de diferença no mercado de trabalho. De acordo com esse ramo teórico, migração é direcionada pelas diferenças geográficas em oferta e demanda de mão de obra e de diferenças resultantes em salários entre países ricos em disponibilidade laboral e países ricos financeiramente. O argumento central da proposta clássica/neoclássica se concentra nos salários. Baseado na empregabilidade total do migrante, essa linha teórica prediz uma relação linear entre diferenças salariais e fluxos migratórios.”* (Kurekova, op. cit., p. 5)

Desse ramo, podemos visualizar outras duas variações: a teoria do capital humano e a teoria de Lee. Enquanto a teoria geral focava-se mais no âmbito geral, na escala nacional e internacional do movimento migratório, essas duas perspectivas permitem um confronto do efeito sobre os sujeitos, já que se baseiam nos (i)migrantes para confeccionar sua análise. A primeira proposta incorpora, dentro da teoria clássica, os aspectos sócio-culturais, adicionando à análise as variações de idade, gênero, estado civil, habilidades laborais e a profissão dos sujeitos (i)migrantes; considera os objetivos e metas dos que migram e dos que não migram de um determinado lugar; e trabalha com a visão de mundo dos (i)migrantes, buscando entender para onde se destinam os mesmos (Kurekova, op. cit.; Massey et al., 1993). A segunda variação é bem conhecida e utilizada por geógrafos até hoje: o conceito de *push-pull*, de Everett Lee (1966). De acordo com

esse teórico, o movimento migratório só acontece por conta de variáveis de atração e repulsão, tanto na origem quanto no destino dos (i)migrantes. A teoria dá conta de compreender que o processo de escolha do migrar também parte do sujeito, e não é só uma reação do próprio sujeito à Economia. Lee revê as propostas de Raveinstein e acrescenta que, nesse movimento, há de se considerar alguns fatores que podem auxiliar ou retardar o processo, o qual ele chama de “*obstáculos intervinientes*” (Lee, 1966, p. 50). Permite esse autor ainda considerar que chamou de “*fatores pessoais*”:

*“[...] Sensibilidade pessoal, inteligência e consciência das condições do outro lugar entra na avaliação da situação [do ato de migrar] ainda na origem, e o conhecimento da situação no destino depende de contatos pessoais ou outras fontes de informação que não necessariamente estão universalmente disponíveis. Além disso, há personalidades que são mais resistentes à mudanças — de residência, assim como outras mudanças — e existem personalidades que mudam pelo simples prazer de fazê-lo. Para alguns indivíduos, é necessário um substancial compêndio de motivos para migrar, enquanto outros uma pequena provocação ou promessa basta”. (Lee, op. cit., p. 52)*

Nas histórias de vida coletadas, é possível ver que há uma relação entre essa teorização e a experiência de S., que na sua infância viveu em diferentes cidades por conta das mudanças de sua família:

*Nasci em Recife (PE) e com poucos dias já fui morar em uma cidade lá no Pará, chamada Itaitúba. Com pouco mais de 2 anos, nós nos mudamos para uma ilha particular, a aproximadamente 60km de Recife [...] Aos 10 anos fui estudar em uma cidade próxima, e todos os dias às 5h, meu pai me levava ao ponto do ônibus, que levava os estudantes da ilha para essa cidade, chamada Goiana (PE). [...] Aos 13, fui morar em outra cidade, chamada Caruaru (PE), onde eu e minha irmã moramos dois anos com os nossos avós maternos, e onde pudemos estudar no mesmo colégio dos nossos pais, e na mesma turma dos filhos de seus colegas da época. Aos 15 fomos morar em Olinda (PE), e até aqui já deu para perceber que mudar de cidade, de casa e fazer novos amigos, nunca foi um problema para mim...*

No fim da II Guerra Mundial, tais proposições tiveram uma característica favorável ao movimento migratório, de acordo com aquele contexto. No entanto, apesar do reconhecimento de que parte dos nossos achados se correspondem com a proposta teórica clássica/neoclássica, é preciso salientar que esse ramo teórico possui muitas críticas, já que desconsidera a flexibilidade do mundo. Levando em consideração que os escritos clássicos/neoclássicos foram embasados em um contexto muito adverso ao que encontramos na realidade do mundo de hoje, esses teóricos ainda assim não levaram em consideração os custos reais do migrar, o desenvolvimento tecnológico por vir e os reais elementos que motivam e repulsam

o indivíduo antes e depois de migrar, entre outros fatores. E, apesar de considerar fatores sócio-culturais nas suas suposições, os clássicos/neoclássicos acabaram por reduzir as análises desses fatores de forma mecânica, homogenizando os (i)migrantes e as sociedades de onde eles vieram; ao mesmo tempo, a crítica cai sobre as variantes, que colocaram o processo migratório com resultantes positivas para todos (as sociedades e os sujeitos).

## 4.2.2

### Nova Economia da Migração

As construções dentro do ramo clássico/neoclássico continuaram a surgir (e talvez seja possível afirmar que jamais deixarão de criar novas abordagens), mas principalmente depois dos preceitos de Lee tornaram-se menos otimistas (como o modelo de Todaro, por exemplo). Em resposta à dinâmica para a qual os estudos neoclássicos estavam se encaminhando, uma nova linha de pensamento surge, a Nova Economia da Migração (NEM), que oferece uma quebra do paradigma clássico na sua unidade de análise: não se observa mais o sujeito nem o Estado, mas os núcleos familiares (sendo assim, da independência individual/poder estatal, para uma interdependência mútua entre um pequeno grupo de sujeitos). Isso se dá porque, segundo os teóricos dessa corrente, a decisão não se dá pelo sujeito isoladamente, já que é necessário compreender seu contexto social — a família — e também as condições do lugar de onde esse sujeito parte para migrar — o país de origem. Esses dois elementos são responsáveis por ditar o comportamento do (i)migrante, permitindo que ele encontre a motivação para migrar, objetivos ao migrar, lugar de destino, relacionamentos prévios à chegada, enfim, toda a gama de elementos necessários para que o movimento migratório realmente se concretize (Kurekova, op. cit.; Abreu, 2012; Porumbescu, 2015).

NEM também propõe analisar o efeito direto e indireto das variações econômicas sobre o processo migratório. Além disso

*“A conclusão implícita [nas teorias neoclássicas] é que a decisão sobre o migrar é que se o migrante for parte de uma família, então o bem-estar do resto da família*

*não é afetado pela decisão daquele sujeito em se relocar. Em outras palavras, quando o modelo migratório utilizado é aplicado aos indivíduos, ignoram-se os ganhos e as perdas relacionadas à família ou aos membros dependentes que acompanham ou ficam para trás. [...] Para uma grande parte dos movimentos internos e internacionais, migração é sim uma decisão familiar e todos na família são afetados. Como consequência, o modelo migratório acima descrito precisa se estender para dar conta dos efeitos que os laços familiares têm na decisão de migrar, e os efeitos que a decisão em migrar tem em todos os membros da família e seus dependentes”.* (Bodvarsson e Van Der Berg, 2013, p. 52)

Se a análise é feita pelo núcleo familiar, é possível considerar também o uso da disponibilidade de um dos seus membros para migrar e enviar para a família (ainda na origem) renda necessária para sua sobrevivência; a migração internacional serve como alternativa à falta de políticas públicas que garantam uma renda mínima ou a falta de um mercado de crédito para uma parcela da população em risco social, por exemplo; a migração de um membro da família pode significar, nas áreas rurais de países subdesenvolvidos, uma espécie de seguro, que garanta uma renda durante a entre-safra e/ou no caso da colheita, gerar um resultado insatisfatório (por conta de oscilações mercadológicas ou resultados negativos por conta de variações climáticas); famílias urbanas podem se apoiar no migrante como garantia de renda em um mercado de trabalho urbano com grande variação na questão empregatícia — tais suposições são consideradas pelo NEM como pilares da justificativa familiar pela migração de um dos seus membros (Massey et al., op. cit., p.436-7).

Conforme a história de vida da M.:

*Eu comecei a trabalhar quando eu tinha 15 anos, durante o verão de 1998 na Papelaria Icarai como balconista. A papelaria era uma das mais importantes da cidade e os donos eram nossos vizinhos (Sr. J. e Dona R.).*

*[...]*

*Depois que eu terminei o Ensino Médio, em 2001, minha mãe viu um anúncio numa revista sobre uma agência que oferecia empregos nos EUA para jovens brasileiros. Meus irmãos e eu vimos a oportunidade de finalmente conhecer a cultura e a língua dos EUA. Naquele momento, meu pai ainda tinha algum dinheiro da indenização [que ele tinha ganho do antigo emprego no banco] e tinha condições financeiras de bancar a viagem para um dos meus irmãos e eu.*

No entanto, como as estruturas de análise do NEM é complexo, e em alguns casos, consideravelmente subjetivo, essa linha teórica obteve menos estudos que pudessem verificar suas proposições, especialmente em trabalhos de campo (Kurekova, op. cit., p.7-8; Dos Santos et al., 2010, p. 8-9).

### 4.2.3

## Teoria dos Sistemas-Mundo

Baseado nos escritos de Immanuel Wallenstein<sup>4</sup>, esse ramo teórico preconiza o movimento dos trabalhadores em conformidade com as necessidades do capital, em um sistema de países centrais, semi-periféricos e periféricos (a Nova Divisão Internacional do Trabalho). Ao mesmo tempo, historicamente construída, essa teoria observa a variação e a influência do capital sobre as sociedades, em um primeiro ciclo sendo visível entre os séculos XVI e XIX, o segundo inicia-se após a Segunda Guerra Mundial, no momento do desenvolvimento do modelo neocolonial até o presente:

*“[...] A presença colonial impressa nos fluxos populacionais internacionais permanece forte por conta de laços preexistentes desde o período colonial entre antigos poderes coloniais e suas antigas colônias, criando redes de transporte e comunicações, além de commodities linguísticas e culturais entre eles. [...] Essa produção e reprodução do 'exército de reserva' (para usar um termo marxista clássico) permite que os países centrais convoquem esses trabalhadores sempre que for necessário: para dar suporte a um ciclo de desenvolvimento nos negócios ou para preencher uma subclasse de trabalhadores de baixa renda em cidades globais” (King, op. cit., p. 18-19).*

O exército de reserva mencionado acima é formado pelo movimento do capital, dos países centrais para os periféricos. Ao penetrar nos territórios, o capital desloca trabalhadores para determinadas funções, liberando outros para requalificarem-se ou migrarem (Kurekova, op. cit., p. 8). Em nossa pesquisa, S. relata que:

*E então, aos 18, quando eu estava no segundo período da faculdade de turismo, minha prima, que já tinha trabalhado nos EUA por meio desses programas de trabalho no exterior, me ligou, avisando que o amigo dela, que era dono de uma dessas empresas de intercâmbio, havia avisado sobre a nova temporada de trabalho em resorts em Phoenix, Arizona. A vaga era para ser camareira.*

E ainda, no relato do autor:

*No folheto, abria-se a oportunidade de um curso de capacitação de pessoal para trabalhar em navios de cruzeiros, organizado por um padre italiano que iria ficar hospedado no colégio pelos próximos 4 meses. O curso era gratuito; o padre era*

<sup>4</sup> Em especial, as obras “O Sistema-Mundo Moderno” (vol. 1), originalmente publicado em 1974 e “A Economia-Mundo Capitalista”, originalmente publicada em 1979.

*capelão de uma companhia de cruzeiros italiana; havia possibilidades reais de contratação pela empresa após o término do curso.*

*Poucos dias após este encontro, meus irmãos acharam um anúncio de uma empresa que buscava jovens, com Ensino Médio completo e algum conhecimento de inglês, para trabalhar em resorts e parques temáticos nos EUA por 9 meses. Eles levaram a revista com a propaganda para o meu pai e pediram para saber mais informações e se interessaram muito em ir.*

*[...]*

*A companhia com a qual eu negocieei minha ida aqui no Brasil tinha como propaganda o uso da experiência pessoal e profissional como motivadores para atrair jovens para os EUA. Em seus folhetos, nos discursos dos palestrantes, na forma de lidar com toda a experiência, nunca se focou no processo laboral, nas condições de trabalho e sobrevivência, custos de vida e coisas do gênero. Tudo foi sempre posto como uma experiência “única”, de viver e trabalhar nos EUA de forma segura e “instrutiva”.*

*Fui entrevistado pela chefe do departamento de Recursos Humanos de um grande hotel, localizado em Phoenix. Meu nível de inglês foi considerado alto, mas não fluente. Ela disse que se eu quisesse, ela teria uma posição para mim de “Back Aisle Assistant”. Eu não tinha a mínima ideia do que isso significava, mas para mim parecia interessante. Eu seria responsável por dar suporte a todas as atividades dentro dos salões de convenção, e sendo assim, teria que me comunicar com todos os setores do hotel, se necessário.*

Massey et al. (op.cit.) sugerem que o sistema-mundo explica como o crescimento natural das diferenças mundiais se dá historicamente, um movimento dialético, o que provoca em concomitância um movimento contrário, das pessoas e do capital periférico, em busca de um equilíbrio no sistema. Em uma análise mais profunda, sugerem que as mudanças ocorrem em várias esferas (na propriedade da terra, no uso das matérias primas, no uso material e intelectual dos recursos, além do desenvolvimento de cidades globais para além da região central), mas é no trabalho que focamos nossa atenção, já que:

*“Empresas de países centrais entram em países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos com fábricas que se aproveitam dos baixos salários, geralmente em zonas especiais para a produção de exportação criadas por governos simpatizantes ao processo. A demanda por trabalhadores fabris fortalece os mercados de trabalho local e enfraquece todas as demais relações produtivas tradicionais. A maior parte da demanda por mão de obra é feminina, no entanto o resultado da feminilização da força de trabalho limita as oportunidades para os homens; mas desde que a nova fábrica necessita de trabalhadores, mas lhes paga mal, mulheres tendem a trabalhar somente por alguns poucos anos; depois de algum tempo elas deixam o trabalho em busca de novas e melhores oportunidades. A inserção de fábricas controladas por empresas estrangeiras em regiões periféricas acaba por reduzir a economia frágil, lançando nos mercados locais produtos que competem com os produtos dessas economias; feminilizam a força de trabalho sem prover empregos baseados na indústria para os homens; e por último, permitem a sociabilização do trabalho fabril para as mulheres, apesar de não lhes permitir uma renda para a vida toda que seja capaz de prover as novas necessidades criadas pela mudança no mercado laboral e de consumo. O resultado é a criação de uma*

*população que está social e economicamente desprotegida e inclinada a migrar.”* Massey et al. (op.cit., p. 445)

E continuam:

*“O mesmo processo capitalista que cria migrantes em regiões periféricas simultaneamente os atrai para os países desenvolvidos. Por outro lado, algumas das pessoas deslocadas pelo processo de penetração do mercado migram para cidades, levando a urbanização de sociedades em desenvolvimento, outros tantos são sugados para fora porque a globalização cria elos materiais e ideológicos para lugares onde o capital se origina. O investimento externo que dirige a globalização econômica é gerencial de um pequeno número de cidades globais, cuja estrutura característica cria uma demanda importante por trabalho imigrante.”* Massey et al. (op.cit., p. 446)

Uma grande crítica a essa linha teórica é a incapacidade dos estudos em sistema-mundo de atribuir qualquer poder de decisão ao (i)migrante, sendo esse um mero reprodutor das questões sistêmicas, sendo levado por elas a reagir de acordo com as necessidades e, portanto, incapaz de definir sua posição favorável (ou não) ao ato de (i)migrar. Uma variação desse ramo teórico é a Teoria do Mercado de Trabalho Dual, que considera a perspectiva do mercado de trabalho de origem do (i)migrante, explicando a dinâmica migratória pelas necessidades do mercado de trabalho de destino — o que traria em voga algumas das propostas neoclássicas, como as de Lee (de Haas, 2010a; Kurekova, op. cit.).

#### 4.2.4

### A Teoria das Rede Sociais

Diferente das proposições anteriores, a compreensão do papel das redes em estudos migratórios entra mais como uma forma de observar um dos elementos do processo, a fim de dar-lhe foco e entendimento universal e, assim, levantar uma proposta na qual o movimento migratório acontece com uma natureza humana, sendo desnecessário focar-se nas origens do processo, mas na sua manutenção por tempos quase indeterminados. Essa concepção teórica buscava dar novos ares ao pensamento estrutural-funcionalista, propondo uma visão na qual as relações sociais seriam mais complexas do que as observadas pelas teorias anteriores

(Mitchel, 1974). Segundo Breiger (2004), “o estudo das relações sociais entre atores [...] é fundamental para as ciências sociais. A análise das redes sociais pode ser definida como uma pesquisa nos padrões das relações entre atores sociais, assim como os padrões nas relações sociais entre atores nos mais diferentes níveis de análise”. Bossevain (1979) usa a mesma definição, mas complementa-a, afirmando que:

*"Network analysis [...] is an analytical instrument which views circles of relatives and friends, coalitions, groups and business houses, industrial complexes, and even nation-states as scatterings of points connected by lines that form networks. The points are of course the units of analysis, the lines social relations. Network analysis asks questions about who is linked to whom, the content of the linkages, the pattern they form, the relation between the pattern and behavior, and the relation between the pattern and other societal factors. This has theoretical implications in that it forms part of a paradigmatic shift away from structural-functionalism".*

A metodologia proposta por Bossevain (op. cit.) incluía dez elementos de análise, estruturando a teoria em um processo científico complexo e assertivo. Essas técnicas incluem uma atenção especial às inter-conexões observáveis entre as unidades de análise, a interdependência entre essas unidades, percepção não somente nas inter-conexões, mas no conteúdo das relações entre as unidades. Esses elementos iniciais geram consequente necessidade de percepção de elementos relacionais mais complexos, como é o caso da investigação das tensões sociais por conta do diferente acesso dos sujeitos aos recursos que lhes conferem algum tipo de poder, o contexto e a dinâmica na qual essas relações acontecem, entre outros.

Após a fase inicial da estrutura teórica, surgiram variações significativas, as quais elevaram a proposta de estudos das redes sociais para níveis mais complexos. De forma simplificada, Jofre (2002) descreve essa evolução:

*"[...] Las redes de relaciones sociales implican una trama compleja que permite explicar la recurrente interacción entre el origen y los diferentes destinos, que a su vez están entrelazados por las redes postmigratorias. [...] El concepto de red permite considerar los sucesivos retornos (reemigración), las dobles residencias e inclusive los retornos diferidos de distintas generaciones, que sólo son explicables en el marco del grupo social, familiar o doméstico. Al mismo tiempo están relacionadas con la dimensión familiar, la composición por edad y sexo y otras variables demográficas. Este aspecto de retornos temporarios, reemigraciones y retornos diferidos complica la denominación que se le da al individuo de acuerdo a la circunstancia: emigrante o inmigrante, por lo cual la autora propone utilizar un término más genérico que lo incluye en ambas situaciones: es el de migrante". (grifo do autor)*

Essa mesma autora destaca a importância metodológica das fontes orais, como elementos que posteriormente podem ser considerados como fontes da História Oral. Destaca Jofre (op. cit.) que a oralidade das narrativas destacam-se por sua originalidade e especificidade, forçando numa mudança investigativa da ciência geográfica, já que põe em voga pontas distintas do processo migratório, conectando, através do itinerário, as condições existentes nos Lugares de Origem e Destino. De Haas (2010b) compreende que a rede nada mais é do que um acúmulo de capital social a ser usado e explorado no momento que o (i)migrante busca o destino de sua viagem. A solidariedade, como base dessa rede social, é a moeda mais utilizada e é com essa moeda que o (i)migrante busca participar de uma rede, ampliando não só os seus contatos, mas também, ao fazer parte dela, ser o elemento de contato para outros sujeitos.

Na nossa pesquisa, vimos que M. conta sobre a sua empregabilidade, que surgiu da sua inserção na rede de brasileiros que viviam próximo a sua região, nos EUA:

*“Para permanecer aqui eu tinha que encontrar um emprego que pudesse me dar condições financeiras para sobreviver. Eu fui apresentada para C., uma gerente geral brasileira da rede de pizzarias Domino’s. C. era alta e forte como eu, e talvez por conta disso ela tenha me contratado para ser a sua assistente administrativa. Eu não falava inglês bem o suficiente para gerenciar um negócio, mas eu queria aprender e ela sabia disso”.*

Originalmente, a rede existe prioritariamente entre regiões e países onde haja laços coloniais, e portanto, onde a estrutura cultural dos países de envio e de recebimento possuam características em comum. O que observamos é que o poder cultural americano no Brasil também teve influência significativa, como por exemplo, no relato do autor-narrador:

*“Tínhamos como modelo para a nossa juventude a música grunge de Seattle; assistíamos às partidas da NFL e do NBA; todos, com exceção de dois meninos, estávamos estudando inglês e volta e meia havia um que queria demonstrar os seus dotes linguísticos; íamos a festas e, às vezes, um se fingia de gringo – para zombar de alguém ou para tentar impressionar alguma menina. Nesse ambiente, eu também queria estar mais próximo dos EUA: jogava baseball e futebol americano, pedi e ganhei uma mountain bike, conhecia melhor a escalação do Chicago Bulls do que a do Flamengo. Eu era o baixista da nossa banda de rock. Cantávamos só em inglês, fazendo covers de bandas americanas, australianas e inglesas. Nossa banda tinha nome em inglês: Jelly Roll. Em português, nós seríamos o “rocambole de geleia”, o que não tem graça alguma”.*

Como desenvolvimento desse ramo teórico e da sua crítica, Kurekova (op.cit., p. 11) descreve:

*“Com a aceleração da globalização nas últimas duas décadas, os conceitos acima descritos se desenvolveram na teoria da migração transnacional, o qual conceitua a existência de espaços sociais transnacionais, como ênfase nas múltiplas formas de migrantes envolvidas, analisando quem se mantém conectado e participando política, econômica, social e culturalmente no país de origem e no país de abrigo. [...] Em vez de explicar as causas da migração, a pesquisa em migração transnacional descreve a nova realidade do modus de migração e integração no país hospedeiro propondo o aparecimento de redes densas que atravessam as fronteiras políticas, criadas pelos migrantes na busca por desenvolvimento econômico e social. [...] A inovação da sua proposta, no entanto, é questionável, e a pesquisa desse ramo teórico geralmente se baseia em variáveis dependentes.”*

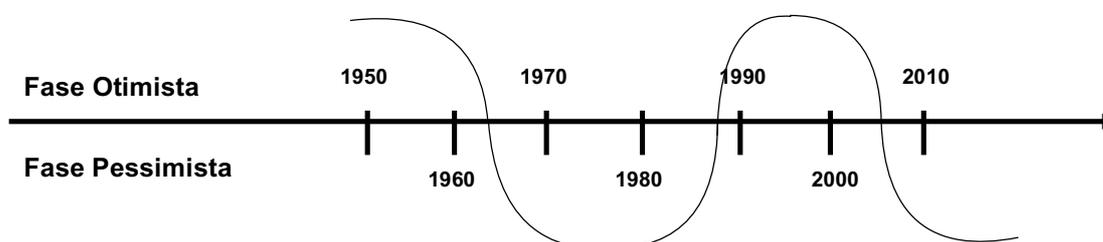
### 4.3

#### **Uma Análise sobre as Propostas Teóricas**

Nossa percepção é de que se tivéssemos escolhido uma vertente teórica para analisar as histórias de vida coletadas, iríamos desconsiderar elementos importantes nas mesmas, já que as teorias demonstradas anteriormente priorizam alguns aspectos do processo migratório em detrimento de outros. Além desse fato, há um conjunto de novas propostas teóricas que buscam compreender com mais detalhes o processo migratório.

O que se observa é que as ideias iniciais eram deterministas, caminhando hoje para abstração e complexidade do processo; inicialmente, somente a escala mundial era observada, enquanto propostas mais atuais apontam a multiescalaridade do processo; os neoclássicos tinham uma visão mais otimista do resultado da (i)migração e é possível dizer que o pessimismo hoje está mais em voga (Gamlen, 2014; King, op. cit.; Kurekova, op.cit.; Massey et al., op. cit.; Massey, 1999). Sobre essa última linha de análise, reestruturamos as propostas de Gamlen em um gráfico explicando a variação otimista/pessimista das teorias do processo migratório:

**Gráfico 1 - Variação otimista/pessimista das propostas teóricas migratórias após a II Guerra Mundial, de acordo com Gamlen (2014)**



Antes de partirmos para tais concepções, é interessante clarear os conceitos qualitativos gerados por Gamlen: a análise do autor é atrelada à concepção econômica de desenvolvimento; as teorias são vistas como instrumentos que influenciam direta e/ou indiretamente algumas políticas públicas sobre a entrada e a saída dos (i)migrantes; essas mesmas teorias seriam capazes de influenciar, em maior ou menor grau, a relação e a cooperação entre países (p. 582-3). Um tronco teórico otimista seria aquele cuja visão sobre o processo migratório geraria resultados favoráveis ao desenvolvimento econômico (e conseqüentemente social) nas sociedades de envio e/ou receptoras. Uma teoria negativa influenciaria políticas públicas, a imprensa e as sociedades de envio e/ou receptoras, mostrando como a presença dos (i)migrantes seria nociva para a economia, para o sistema político, para as sociedades, etc.

Kurekova (op. cit., p. 14) cria uma tabela simplificando os elementos das principais correntes, incluindo propostas que ainda buscam aceitação por um corpo maior de pesquisadores no mundo. Reproduziremos a seguir, a tabela com somente as propostas discutidas anteriormente por nós na Tabela 2

**Tabela 2 - Visão geral das propostas teóricas dos processos migratórios, de acordo com Kurekova (2011)**

Proposta Teórica	Foco da Análise	Escala de Análise	Variáveis de Estudo	Críticas
Teorias clássicas e neoclássicas	Determinantes do Processo Migratório	Mundo	Diferenças salariais; Empregabilidade	Reduz determinantes a atos mecânicos; Ignora imperfeições do sistema; Homogeneiza as sociedades; Dá uma visão Estática do Processo
Nova Economia da Migração		Sujeito / Grupos	Salários; Distribuição de Renda; Falhas Institucionais	Crítica pura às teorias clássicas com pouca estrutura própria; Aplicação limitada
Teoria dos Sistema-Mundo		Mundo	Mudanças provocadas pelo fluxo do capital global	Aplicável somente em escala global
Teoria do Duplo Mercado de Trabalho		Mundo	Demanda de Mão-de-Obra; Investimento Estrangeiro; Políticas Migratórias; Sistemas de Recrutamento	Influenciado pelos dados criados pelos Estados; Incapaz de observar diferenciações quando se trata de mercados de nível aproximado; Alguns dados são arbitrados, levando a imprecisão teórica
O Papel das Redes	Perpetuação e Direção dos Fluxos Migratórios	Grupos	Redes sociais; Diáspora	Mais um conceito do que uma teoria; Redes podem ser excludentes e podem dificultar o processo migratório

Se não bastassem tais proposições, teóricos continuam na busca por um referencial que possa ser universal e assim, predizer o movimento do processo migratório para que os Estados receptores se preparem para a chegada dos (i)migrantes. De acordo com estudos mais recentes (Massey et. al., op. cit; Dizner, 2015), incluem-se, dentro das novas propostas:

1. **A Teoria Institucional**, que entende que “à medida que a migração internacional passa a ocorrer, instituições privadas e organizações voluntárias surgem para atender a demanda criada pelo desequilíbrio entre o grande número de pessoas que desejam entrar nos países ricos e o número limitado de vistos que estes estão dispostos a oferecer” (Dizner, 2015, p. 46). Sendo assim, instituições (legais e ilegais) são criadas para dar suporte ao processo migratório de sujeitos que ainda não se encontram inseridos em alguma rede solidária;

2. **A Teoria da Causação Acumulativa** (Massey et al., op. cit., p.451), que reconhece a relação causal que cada sujeito (i)migrante provoca, ao gerar vias e oportunidades para uma sucessão de processos, já que o primeiro, utilizando de um provérbio popular, “abre os caminhos” para que os demais reconheçam a direção, os passos e a possibilidade de migrar; e

3. **A Teoria de Sistemas Migratórios** (Massey et al, op.cit., p. 454) , que como os últimos, sugere haver uma certa estabilidade e previsibilidade dos processos migratórios com o passar do tempo assim, gerando sistemas migratórios. Complexos em sua essência, é através dessa proposição que alguns autores, principalmente dos EUA, estão reconhecendo alguns elementos previsíveis e desmistificando os sistemas migratórios, gerando algumas hipóteses interessantes, como:

a. Países analisados nesses sistemas não precisam estar geograficamente próximos, já que os fluxos refletem relações políticas e econômicas, e muito menos as relações físicas. Ainda que a proximidade logicamente facilite a troca de relacionamentos, esse fato por si só não garante esse estreitamento de relações nem é necessário para que isso aconteça;

b. Sistemas multipolares são possíveis de existir e um grupo de países centrais recebe imigrantes de um grupo de nações de emigrantes que se sobrepõe;

c. Nações podem pertencer a mais de um sistema migratório, mas o pertencimento a vários sistemas é mais comum entre países emissores que receptores; e

d. Com as mudanças políticas e econômicas, os sistemas se alteram e a estabilidade não significa que a estrutura é fixa, imóvel. Os Estados podem entrar ou sair de um sistema de acordo com mudanças sociais, flutuações econômicas ou revoltas políticas.

Assim como a proposta das redes, as propostas acima ainda são consideradas experimentais, com pouca estrutura teórica. Ademais, é possível reconhecer que as estruturas de análise do processo migratório não são simples nem diretas, o que provoca os pesquisadores e teóricos do assunto a serem cada vez mais abertos às mudanças sociais, econômicas e políticas do mundo, a fim de que o processo migratório possa ser compreendido em sua totalidade, ou se não, em sua maioria. De forma geral, é possível visualizar que a combinação de teorias parece ser a melhor proposta hoje, para compreender o processo migratório. Douglas Massey é um dos teóricos que busca a mescla de propostas que focam na perpetuação do processo migratório e, como ele, alguns teóricos consideram que o estudo das origens do movimento migratório em um mundo globalizado e conectado é de menor importância (Massey, 1988). Isso faz com que estudos mais recentes apontem para a compreensão da manutenção, da direção e do volume de (i)migrantes que saem e que chegam. Outra proposta significativa, que ganhou muito corpo na Academia, principalmente depois dos anos 2000, foi a interdisciplinaridade para a compreensão do fenômeno migratório (Kurekova, op. cit., p. 15-16)<sup>5</sup>.

Os membros da Escola de Oxford, por outro lado, buscam acrescentar nas análises migratórias uma gama maior de elementos, de variáveis, que incluam “não

---

<sup>5</sup> No Brasil, no entanto, o Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM) existe na Internet desde 2002, coordenado pelo Prof. Dr. Helion Póvoa Neto (IPPUR-UFRJ). Desde o início, o NIEM provoca debates, palestras e encontros com pesquisadores das mais variadas áreas do conhecimento sobre o processo migratório, a fim de que cada um possa contribuir com a sua área de pesquisa no clareamento de questões relacionadas a situação (i)migrante.

somente as questões ligadas ao desenvolvimento, mas também a questões mais amplas, como mudança e transformação social, além de integração econômica” (Kurekova, op. cit., p. 16). Alguns desses elementos a serem considerados estão as transformações acontecidas no mundo desenvolvido (o fim do Estado de Bem-Estar Social, por exemplo) e no mundo em desenvolvimento/subdesenvolvido (o novo papel da agricultura e a favelização dos centros urbanos), no que Castles (2009) aponta como sendo resultados visíveis nas “dimensões locais das mudanças globais”. Inclui-se a já mencionada proposta de Collinson de utilizar os meios de vida em conjunção com a análise relacional da política econômica como uma outra proposta de compreensão do movimento migratório.

De qualquer forma, uma proposta mais completa e complexa do fenômeno migratório ainda não possui uma resposta final. Cabe, portanto, aos teóricos a busca por esse elemento agregador das propostas já existentes, ou quiçá, a construção de um novo marco teórico a partir de novas bases analíticas.

#### 4.4

### **Considerações Sobre o Uso das Histórias de Vida e das Propostas Teóricas do Movimento Migratório**

Não caberia aqui então propor que o uso combinado de teorias possa resolver o limbo teórico pelo qual passa os acadêmicos que estudam o processo migratório. Tampouco determinar qual conjunto teórico é mais ou menos eficaz de acordo com as experiências aqui coletadas. Mas é justamente por essas histórias de vida que podemos fazer algumas considerações sobre o atual quadro teórico dentro dos estudos migratórios.

A grosso modo, é possível visualizar nesse capítulo que, de uma forma ou de outra, as estruturas teóricas apresentadas se encaixam dentro das histórias de vida, às vezes mais de uma teoria para uma mesma história.

Poderíamos, portanto, estender essa análise para dentro do corpo teórico, chegando ao mesmo espectro que aqui foi feito de forma resumida: a partir do olhar, da narração do (i)migrante, é possível conceber que nenhuma e todas as teorias

respondem às questões sobre a forma e o conteúdo do processo migratório. É através do empirismo que as teorias fazem sentido e, numa análise qualitativa, é admissível que os pensamentos que envolvem o processo não devem ser excludentes entre si, anulando-se, mas pelo contrário, trabalhando em complementaridade. Nesse exercício, as teorias migratórias se parecem muito mais com a realidade de campo, já que tratam de esferas da vida que não são dissociáveis. O trabalho dos teóricos em determinar qual aspecto da vida é mais significativo acaba por anular outros elementos também importantes e, sob uma perspectiva cada vez mais relativizada do humano, é imprescindível que teóricos e pesquisadores em geral, no campo do processo migratório compreendam a indissolubilidade do sujeito (i)migrante.

Essa é uma das propostas levantadas nessa pesquisa, que deseja contribuir para a conclusão de que esses estudos não dão conta do processo por estarem inseridas em contextos (históricos, geográficos, conceituais, ideológicos, etc.) diversos entre si. É através da história de vida, uma peça narrada pelo sujeito (i)migrante na sua totalidade, que é possível afirmar que as teorias são complementares e não antagônicas entre si.

Sendo assim, é imprescindível que teóricos e pesquisadores desse ramo da ciência geográfica compreendam a voz e a vida do sujeito (i)migrante acima de tudo, a fim de captarem a real complexidade e riqueza do processo migratório.